



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE  
**AUDITORIA INTERNA - AUDINT**

## **NOTA DE AUDITORIA**

**Nº 001/2021**

# **CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE**

**ARACAJU/SE, AGOSTO DE 2021.**

## **1 – INTRODUÇÃO:**

Em razão da execução da Ação de Monitoramento das Recomendações pendentes no Relatório de Auditoria nº 009/2017 – Avaliação dos Processos de Contratação Temporária para Professor Substituto e Concessão de Adicional de Insalubridade e Periculosidade, planejada no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2020, foram encontrados alguns achados de Auditoria que, apesar de não estarem previstos no citado Relatório, foram decorrentes de novos testes de auditoria realizados durante o monitoramento e possuem vital importância à correção de falhas processuais e ao aperfeiçoamento dos controles internos, razão pela qual se fez necessária a confecção da presente Nota de Auditoria.

## **2 – RESULTADOS DOS EXAMES**

Os achados de auditoria decorrentes do trabalho da Audint durante o monitoramento das recomendações pendentes no Relatório de Auditoria nº 009/2017 serão apresentados a seguir.

Cabe mencionar que a “Constatação” descreve situações indesejáveis identificadas e devidamente evidenciadas pela equipe de auditoria. Em geral apontam a existência de dificuldades, equívocos, situações adversas autônomas e/ou exteriores à unidade objeto do exame e situações que careçam de ajustes quando de seu confronto com critérios técnicos, administrativos e legais, conforme Manual da Auditoria Interna do IFS.

**CONSTATAÇÃO 001: Deficiências nos processos de concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade.**

**a) Evidências:**

- Orientação Normativa SEGEP/MPOG nº 4, de 14 de fevereiro de 2017;
- Laudos Técnico Pericial dos campi São Cristóvão, Aracaju, Estância, Lagarto e Itabaiana de 2017;
- Processo nº 23060.00xxxx/2018-77, que trata da Convalidação de Adicional de insalubridade e Periculosidade de servidores do IFS, incluindo a servidora E.L.S (Siape 183xxxx);
- Processo nº 23289.00xxxx/2018-53, que trata do requerimento de adicional de periculosidade do servidor J.A.S (Siape 05xxxx);
- Processo nº 23060.00xxxx/2016-12, que trata do pedido de revisão do adicional de insalubridade do servidor E.W.F.S (Siape 255xxxx);
- Portaria IFS nº 3537/2018, de 19 de novembro de 2018, que trata da convalidação da concessão de adicional de insalubridade e periculosidade;
- Laudo Técnico Pericial do campus São Cristóvão de 2019;
- Portaria IFS nº 2783/2020, de 16 de novembro de 2020, que altera o local de exercício do servidor J.A.S (Siape 05xxxx).

**b) Fato:**

Com o objetivo de entender melhor os processos de concessão de adicional de insalubridade/periculosidade dos servidores E.L.S (Siape 183xxxx), J.A.S (Siape 05xxxx) e E.W.F.S (Siape 255xxxx), tendo em vista que foram selecionados na amostragem do monitoramento da Recomendação 002, da Constatação nº 013, do Relatório de Auditoria nº 009/2017 – Avaliação dos Processos de Concessão de Adicional de Insalubridade e Periculosidade, foram solicitados à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP e ao Núcleo Institucional de Segurança do Trabalho – NIST documentos relativos à concessão dos adicionais ocupacionais desses servidores.

Por conta da análise realizada destes processos, identificou-se fatos sobre os quais a Auditoria Interna viu a necessidade de realizar apontamentos para que a Gestão

corrija e realize melhorias nos controles interno dos processos de concessão de tais adicionais do IFS.

Ao analisar o processo de concessão de adicional de insalubridade da servidora E.L.S (Siape 183xxxx), verificou-se que este se deu por meio do Processo nº 23060.00xxxx/2018-77, que trata da Convalidação de Adicional de insalubridade e Periculosidade dos servidores do IFS.

À folha 86 do referido processo encontra-se um despacho do dia 13/11/2018 da PROGEP encaminhado à Reitoria, explicando que, devido ao prazo para dezembro de 2018, estabelecido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão — MPDG para a inclusão de todas as concessões de adicionais de insalubridade e periculosidade no Módulo de Concessão de Adicionais Ocupacionais, viu-se a possibilidade de convalidar as concessões desses adicionais de acordo com os Laudos Técnicos Periciais de Insalubridade e Periculosidade vigentes em cada Campus, quais sejam, os Laudos de 2017.

De acordo com o art. 13 da Orientação Normativa SEGEP/MPOG nº 4, de 14 de fevereiro de 2017, que estabelece orientação sobre a concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade, para a execução do pagamento de tais adicionais é imprescindível a existência da portaria de localização ou de exercício do servidor:

Art. 13. A execução do pagamento dos adicionais de periculosidade e de insalubridade **somente será processada à vista de portaria de localização ou de exercício do servidor e de portaria de concessão do adicional**, bem assim de laudo técnico, cabendo à autoridade pagadora conferir a exatidão dos documentos antes de autorizar o pagamento.

Parágrafo único. Para fins de pagamento do adicional, será observada a data da portaria de localização, concessão, redução ou cancelamento, para ambientes já periciados e declarados insalubres e/ou perigosos, que deverão ser publicadas em boletim de pessoal ou de serviço. (Grifo nosso)

Ocorre que no referido processo encontra-se apenas o “Formulário para concessão de adicionais ocupacional de insalubridade/periculosidade” preenchido e

assinado pelos engenheiros de segurança do trabalho do IFS, não sendo possível constatar a verificação e a indicação da portaria de localização ou de exercício dos servidores.

No caso da servidora E.L.S (Siape 183xxxx), o último documento que trata do seu local de lotação é a Portaria de nº 2641/2017, de 19 de setembro de 2017, quando foi autorizada sua remoção do campus Glória para o campus São Cristóvão, não sendo localizada a portaria que identificasse, de fato, o ambiente laboral da servidora, contrariando art. 13 da Orientação Normativa SEGEP/MPOG nº 4, de 14 de fevereiro de 2017.

Impende destacar que a Portaria nº 3537/2018, de 19 de novembro de 2018, que convalidou as concessões de adicional de insalubridade e periculosidade dos servidores do IFS traz apenas o campus de lotação de cada servidor, ao invés de informar os locais de trabalho que ensejam o recebimento dos adicionais, o que pode dificultar as ações de controle da autoridade pagadora na conferência da exatidão dos documentos antes de autorizar o pagamento, ou, da própria PROGEP e até mesmo dificultar transparência e o controle social.

Em relação ao servidor J.A.S (Siape 05xxxx), verificou-se que seu local de exercício foi alterado da Coordenadoria de Manutenção e Mecanização para a Coordenadoria de Mecanização do Campus São Cristóvão, conforme Portaria nº 2783, de 16 de novembro de 2020.

De acordo com o Laudo Técnico Pericial do campus São Cristóvão de 2019, a Coordenadoria de Mecanização – CMECA (pg. 58) não é considerado ambiente insalubre, contudo, neste mesmo laudo o nome do servidor configura entre os que exercem suas atividades no setor de Lubrificantes (pg. 73), local que enseja recebimento de adicional de insalubridade a depender da exposição habitual ou permanente a um agente específico.

Visto ser o ambiente de trabalho do servidor que fundamenta a concessão do adicional, e que no caso em tela houve alteração desse local, é prudente que a

administração verifique se o servidor J.A.S (Siape 05xxxx) permanece exercendo suas atividades em ambiente insalubre. Não sendo este o caso, o pagamento do adicional deve ser suspenso.

Por fim, no caso do servidor E.W.F.S (Siape 255xxxx), não foi possível localizar a portaria de concessão de adicional de insalubridade, nem mesmo quando houve uma alteração do percentual recebido a título de adicional de insalubridade em junho de 2016, conforme processo nº 23060.00xxxx/2016-12, às folhas 116 e 117, demonstrando o descumprimento ao art. 13 da Orientação Normativa SEGEP/MPOG nº 4/2017 e fragilidades no processo de concessão de adicionais ocupacionais do IFS.

Importante destacar que a mesma norma traz em seu art. 15, a obrigatoriedade de atualização permanente dos servidores que fazem jus aos adicionais, *in litteris*:

Art. 15. Cabe à unidade de recursos humanos do órgão ou da entidade **realizar a atualização permanente dos servidores que fazem jus aos adicionais** no respectivo módulo informatizado oficial da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público, conforme movimentação de pessoal, sendo, também, de sua responsabilidade, proceder a suspensão do pagamento, mediante comunicação oficial ao servidor interessado. (Negritou-se)

Da mesma forma, o art. 16 da ON atribui ao “*gestor da unidade administrativa*” a responsabilidade de informar à área de recursos humanos as alterações dos riscos, vejamos:

Art. 16. **É responsabilidade do gestor da unidade administrativa informar à área de recursos humanos quando houver alteração dos riscos**, que providenciará a adequação do valor do adicional, mediante elaboração de novo laudo. (Destacamos)

Destarte, imprescindível realizar a atualização periódica dos servidores que fazem jus ao benefício, assim como estabelecer a responsabilidade do gestor de cada unidade administrativa para informar à PROGEP as alterações dos riscos.

**c) Causas:**

Falta de efetividade dos controles internos e desconhecimento das normas aplicáveis na concessão dos adicionais de periculosidade e insalubridade.

**d) Manifestação da Unidade:**

Em resposta à Nota Preliminar de Auditoria, por intermédio do Memorando Eletrônico nº 17/2021 – DSDP – PROGEP encaminhado em 15/06/2021, a PROGEP se manifestou nos seguintes termos:

*“Prezado Sávio,*

*Em resposta ao despacho proferido por essa Pró-Reitoria, sugerimos informar a AUDINT que iremos adotar as recomendações propostas na NOTA PRELIMINAR DE AUDITORIA Nº 001/2021 CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE, mediante análise dos processos referenciados nesta Nota, bem como solicitar a prorrogação do prazo, no mínimo 60 dias, para atendimento e adequações recomendadas.*

*Prezada Ana Paula - NAPA*

*Favor dar prosseguimento a análise dos processos referenciados na NOTA PRELIMINAR DE AUDITORIA Nº 001/2021 CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE, bem como adotar as devidas providências para atender as recomendações apresentadas nesta Nota, com a maior brevidade possível.”*

Já a Reitoria se manifestou por intermédio de e-mail enviado em 28/06/2021 da seguinte forma:

*“Prezado William,*

*Ciente da demanda.*

*Informo que faremos os encaminhamentos necessários.”*

**e) Análise da Manifestação:**

As manifestações dos gestores não têm o condão de afastar o achado de auditoria, uma vez que em momento algum contestaram os fatos descritos ou recomendações emitidas.

**Recomendação 001 (PROGEP):** Anexar aos processos de concessão de adicional de insalubridade e periculosidade as portarias de localização ou de exercício dos servidores E.L.S (Siape 183xxxx) e J.A.S (Siape 05xxxx), identificando o local insalubre que justifica o recebimento do benefício.

**Recomendação 002 (PROGEP):** Anexar ao processo de concessão de adicional de insalubridade do servidor E.W.F.S (Siape 255xxxx) a portaria que autorizou a concessão do benefício, ou, o ressarcimento ao erário, se for o caso, respeitados os Princípios do Contraditório e Ampla Defesa.

**Recomendação 003 (PROGEP):** Rever as concessões vigentes de adicional de insalubridade e periculosidade de todos os servidores do IFS, considerando a atual situação laboral de cada servidor, de forma que os benefícios estejam amparados em laudo técnico, portaria de localização ou de exercício atualizados e portaria de concessão, promovendo a suspensão daqueles cujos servidores não mais estejam em situação insalubre ou perigosa que justifique o pagamento, e eventual ressarcimento ao erário do período em que recebeu os valores indevidamente.

**Recomendação 004 (REITORIA):** Revisar o atual modelo das portarias de concessão de adicional de insalubridade e periculosidade, de modo a apresentar informações que fundamentem a concessão, tais como o número do laudo ambiental ou individual, o ambiente laboral em que o servidor desenvolve suas atividades, o tipo de adicional e o percentual.

**Recomendação 005 (PROGEP):** Criar mecanismos de controle interno, a exemplo de manual, portaria, instrução normativa, etc., que estabeleçam a responsabilidade do gestor de cada unidade administrativa de informar à PROGEP as alterações dos riscos que originaram a concessão do adicional ocupacional.



**Recomendação 006 (REITORIA):** Criar mecanismos de controle interno, a exemplo de manual, portaria, instrução normativa etc., que estabeleçam a obrigatoriedade da PROGEP em realizar periodicamente a atualização dos servidores que fazem jus aos adicionais ocupacionais.

**CONSTATAÇÃO 002: Ausência de investigação sobre o recebimento de adicionais ocupacionais sem a devida exposição aos riscos.**

**a) Evidências:**

- Processo nº 23060.00xxxx/2018-77, que trata da Convalidação de Adicional de insalubridade e Periculosidade de servidores do IFS;
- Portarias nº 433/2019, de 15 de fevereiro de 2019, nº 2166/2019, de 16 de julho 2019, nº 2537/2019, de 15 de agosto de 2019 e nº 3747/2019, de 3 de dezembro de 2019.

**b) Fato:**

Analisando o Processo nº 23060.00xxxx/2018-77, que trata da Convalidação de Adicional de insalubridade e Periculosidade de servidores do IFS, verificou-se que num primeiro momento, os engenheiros de segurança do trabalho apontaram que as concessões de dez servidores deveriam ser indeferidas, conforme formulários para concessão de adicionais ocupacionais de insalubridade/periculosidade, às folhas 76 a 85 do referido processo.

Contudo, neste mesmo processo, às folhas 91 a 93, consta um despacho dos engenheiros de segurança do trabalho revisando as concessões, e após isso, concluíram que sete servidores continuaram a não ter direito aos adicionais ocupacionais.

A Audint realizou consulta a cada um dos servidores e pôde verificar que quatro servidores deram entrada com novos processos de concessão, e novas portarias foram emitidas concedendo os adicionais que haviam sido indeferidos em decorrência dos trâmites do Processo nº 23060.00xxxx/2018-77.

Assim, dos sete servidores, três não tiveram suas concessões renovadas pelos motivos descritos abaixo:

Quadro 1 – Servidores com concessões indeferidas

Servidor	Motivo do indeferimento
E.W.F.S (Siape 255xxxx)	tempo de exposição eventual (fl. 92)
E.B.L (Siape 125xxxx)	não labora em ambiente insalubre (fl. 92)
J.B.S.F (Siape 173xxxx)	não labora em ambiente insalubre (fl. 92v)

Fonte: Processo nº 23060.00xxxx/2018-77

Porém, a Audint constatou que, apesar de ter sido identificada a não continuidade de exposição aos riscos que justificasse o pagamento dos adicionais ocupacionais, não foi instaurado procedimento para investigar o período que os servidores receberam o benefício sem a devida exposição.

Nesse sentido, o art. 16 da Orientação Normativa SEGEP/MPOG nº 4, de 14 de fevereiro de 2017, dispõe que as alterações dos riscos deveriam ter sido comunicadas pelos gestores à PROGEP, a fim de que o setor providencie a adequação do benefício recebido, vejamos:

Art. 16. É responsabilidade do gestor da unidade administrativa informar à área de recursos humanos quando houver alteração dos riscos, que providenciará a adequação do valor do adicional, mediante elaboração de novo laudo.

Portanto, levando em consideração que os gestores não informaram tempestivamente a alteração dos riscos que levaria à suspensão imediata dos adicionais, necessitando que a PROGEP verificasse de ofício a existência deles, se faz necessária a apuração de um possível período em que os servidores receberam os benefícios indevidamente, providenciando o ressarcimento a fim de evitar prejuízo ao erário.

**c) Causas:**

Falta de efetividade dos controles internos e desconhecimento das normas aplicáveis na concessão e suspensão dos adicionais de periculosidade e insalubridade.

**d) Manifestação da Unidade:**

Em resposta à Nota Preliminar de Auditoria, por intermédio do Memorando Eletrônico nº 17/2021 – DSDP – PROGEP encaminhado em 15/06/2021, a PROGEP se manifestou nos seguintes termos:

*“Prezado Sávio,*

*Em resposta ao despacho proferido por essa Pró-Reitoria, sugerimos informar a AUDINT que iremos adotar as recomendações propostas na NOTA PRELIMINAR DE AUDITORIA Nº 001/2021 CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE, mediante análise dos processos referenciados nesta Nota, bem como solicitar a prorrogação do prazo, no mínimo 60 dias, para atendimento e adequações recomendadas.*

*Prezada Ana Paula - NAPA*

*Favor dar prosseguimento a análise dos processos referenciados na NOTA PRELIMINAR DE AUDITORIA Nº 001/2021 CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE, bem como adotar as devidas providências para atender as recomendações apresentadas nesta Nota, com a maior brevidade possível.”*

**e) Análise da Manifestação:**

A manifestação do gestor não tem o condão de afastar o achado de auditoria, uma vez que em momento algum contestou os fatos descritos ou recomendação emitida.

**Recomendação 001 (PROGEP):** Apurar, nos casos apontados na Constatação, se houve pagamento do adicional de insalubridade durante algum período em que os servidores já não faziam jus ao seu recebimento, providenciando, se for o caso, o ressarcimento ao erário, respeitados os Princípios do Contraditório e Ampla Defesa.

**CONSTATAÇÃO 003: Concessão de adicionais ocupacionais a servidores com cargo de direção ou função gratificada sem respaldado por laudo técnico individual.**

**a) Evidências:**

- Art. 11, IV, Orientação Normativa SEGEP/MPOG nº 4, de 14 de fevereiro de 2017;
- Relatório de servidores ocupando função de chefia ou direção que receberam adicionais em janeiro/2021 (Consulta SIGRH);
- Portarias de designação de função 1062/2010, 932/2014, 2502/2014, 3383/2017, 1708/2018, 387/2020, 538/2020, 2197/2020, 154/2021, 458/2021;
- Laudos Técnicos Individuais enviados pelo NIST;
- Laudos Técnico Pericial dos campi São Cristóvão, Aracaju, Estância, Lagarto e Itabaiana de 2019;

**b) Fato:**

Durante a realização do monitoramento do Relatório de Auditoria nº 009/2017 – Concessão de Adicional de Insalubridade e Periculosidade, mais precisamente durante a análise dos dados referentes ao pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade para a seleção das amostras, verificou-se a existência de servidores com função de chefia ou direção, com atribuição de comando administrativo, que estavam recebendo adicional.

A Orientação Normativa SEGEP nº 4, de 14 de fevereiro de 2017 prevê o seguinte em seu art. 11, inciso IV:

Art. 11. **Não geram direito aos adicionais** de insalubridade e periculosidade as atividades:

IV - **em que o servidor ocupe função de chefia ou direção, com atribuição de comando administrativo, exceto quando respaldado por laudo técnico individual** que comprove a exposição em caráter habitual ou permanente.  
(grifo nosso)

Com o objetivo de testar o cumprimento desse dispositivo, a Audint realizou consulta aos pagamentos de adicionais de insalubridade e periculosidade realizados em janeiro de 2021, sendo constatado que, de um total de 64 servidores, 13 ocupavam função de chefia ou direção.

A partir dessa lista, foi enviada solicitação ao Núcleo Institucional de Segurança do Trabalho – NIST indagando a existência de laudo técnico individual para cada um desses servidores, e, após o cruzamento das informações enviadas pelo NIST, constatou-se as seguintes inconsistências com 11 servidores:

Quadro 2 – Servidores com função de chefia ou direção e que recebem adicionais ocupacionais.

Servidor / SIAPE	Lotação	Portaria de nomeação da função	Laudo Técnico Individual posterior à nomeação?	Observação
A.S.O.S (110xxxx)	Aracaju	387/2020, de 28/01/2020	Laudo anterior à nomeação	Apesar de o último Laudo Técnico Individual ser anterior à nomeação do servidor na função, de acordo com o Laudo Técnico Pericial de Insalubridade e Periculosidade – Campus Aracaju 2019 emitido posteriormente à designação da função (02/06/2020), pode-se constatar às fls. 237 e 513 que o trabalho na Coordenadoria dos Laboratórios de Química enseja adicional. Contudo, em cumprimento ao normativo, faz-se necessária a emissão de um novo laudo individual.
A.L.P.G (215xxxx)	Aracaju	154/2021, de 25/01/2021	Não possui	De acordo com o Laudo Pericial do campus em vigor atualmente (Aracaju 2019, de 02/06/2020), o trabalho na Coordenação de Transporte (GHE 121) não enseja adicional (pg. 374). Necessita de emissão de um Laudo Técnico Individual.
D.V.A.R (217xxxx)	Aracaju	2197/2020, de 16/09/2020	Laudo anterior à nomeação	De acordo com o Laudo Pericial do campus em vigor atualmente (Aracaju 2019, de 02/06/2020), o trabalho na Coordenadoria

<b>Servidor / SIAPE</b>	<b>Lotação</b>	<b>Portaria de nomeação da função</b>	<b>Laudo Técnico Individual posterior à nomeação?</b>	<b>Observação</b>
				dos Laboratórios de Edificações não enseja adicional (pg. 207). Necessita de emissão de um Laudo Técnico Individual com o objetivo de verificar se o servidor ainda desenvolve atividades nos laboratórios de Mecânica dos Solos/ Geotécnica, Materiais de Construção.
F.V.S (152xxxx)	Aracaju	2197/2020, de 16/09/2020	Laudo anterior à nomeação	De acordo com o Laudo Pericial do campus em vigor atualmente (Aracaju 2019, de 02/06/2020), o trabalho na Coordenadoria de Ciência da Natureza (CCNAT) não enseja adicional (pg. 339), não sendo possível identificar no laudo o setor Coordenação de Laboratórios de Ciências da Natureza. Necessita de emissão de um Laudo Técnico Individual.
J.R.P (111xxxx)	Lagarto	2502/2014, de 29/09/2014	Sim	Apesar do Laudo Técnico Individual ter sido emitido após a designação da função, não é apontado o ensejo a nenhum adicional ocupacional pelas atividades desenvolvidas pelo servidor. Há necessidade de justificativa da manutenção do adicional mesmo após a emissão do Laudo Individual sinalizando que as atividades do servidor não ensejam recebimento de adicional.
J.E.S.J (120xxxx)	PRODIN	458/2021, de 29/01/2021	Laudo anterior à nomeação	O último Laudo Técnico Individual do servidor, de 27/05/2016, avaliou as atividades desenvolvidas pelo servidor no

<b>Servidor / SIAPE</b>	<b>Lotação</b>	<b>Portaria de nomeação da função</b>	<b>Laudo Técnico Individual posterior à nomeação?</b>	<b>Observação</b>
				Bloco 4 - Laboratório de Refrigeração do campus Lagarto. Contudo, após a emissão desse laudo o servidor já desenvolveu suas atividades na PROGEP e PRODIN, sendo necessária a emissão dos respectivos laudos individuais para comprovar a exposição em caráter habitual à ambientes insalubres.
J.Z.S(27xxxx)	Aracaju	2197/2020, de 16/09/2020	Laudo anterior à nomeação	O último Laudo Técnico Individual enviado à Audint, de 19/11/2019, avaliou as atividades do servidor no cargo de Servente de Obras, com atividades na Coordenadoria de Manutenção - Campus Aracaju, ensejando adicional de insalubridade. Contudo, o servidor está exercendo suas funções na Coordenadoria de Serviços de Pintura. Necessária emissão de um novo laudo individual para comprovar a exposição em caráter habitual à ambiente insalubre.
L.L.C (197xxxx)	Reitoria	538/2020, de 14/02/2020	Não possui	De acordo com o Laudo Técnico da Reitoria (Anexo I) 2019, de 02/06/2020, posterior à designação da função, o servidor exerce atividades que ensejam adicional. Contudo, em cumprimento ao normativo, faz-se necessária a emissão de um novo laudo individual.

Servidor / SIAPE	Lotação	Portaria de nomeação da função	Laudo Técnico Individual posterior à nomeação?	Observação
M.M (110xxxx)	São Cristóvão	1062/2010, de 19/08/2010	Não possui	De acordo com o laudo do campus São Cristóvão 2019, de 02/06/2020, o trabalho na Coordenadoria Elétrica e Hidráulica não enseja adicional (pg. 64). Contudo, o laudo também informa que o servidor exerce atividades que ensejam adicional na <i>"Subestação e atividades relacionadas a manutenção e instalação de circuitos elétricos em laboratórios, áreas administrativas e salas de aula de todo o campus"</i> . Necessita de emissão de um Laudo Técnico Individual.
S.K.R.S (217xxxx)	Lagarto	3383/2017, de 08/11/2017	Não possui	De acordo com o Laudo do campus Lagarto 2019, de 02/06/2020, o trabalho na Coordenadoria de Controle Docente e Discente (CCDD) (GHE 14) não enseja adicional (pg. 74). Necessária emissão de um novo laudo individual para comprovar a exposição em caráter habitual à ambiente insalubre.
T.A.C (100xxxx)	Itabaiana	2197/2020, de 16/09/2020	Laudo anterior à nomeação	De acordo com Laudo do campus Itabaiana 2019, de 02/06/2020, anterior à nomeação para a função, o trabalho na Coordenadoria de Saúde Escolar enseja adicional (pág. 53 (GHE 6) e pg. 126). Contudo, em cumprimento ao normativo, faz-se necessária a emissão de um novo laudo individual.



Fonte: Consultas realizadas pela Audint/IFS

Vale ressaltar que na própria página da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas do IFS, na seção Guia do Servidor > Concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade, é informado que os servidores que se enquadram no art. 11, inciso IV, que já possuíam adicional concedido anteriormente à investidura em cargo de chefia ou direção, deverão solicitar uma nova concessão de adicional de insalubridade/periculosidade para que seja confeccionado um laudo técnico individual.

Sendo assim, fica constatado o descumprimento à Orientação Normativa nº 04/2017 quanto à concessão de adicionais a servidores com cargo de direção ou função gratificada sem respaldado por laudo técnico individual.

**c) Causas:**

Falta de efetividade dos controles internos e desconhecimento das normas aplicáveis na concessão dos adicionais de periculosidade e insalubridade.

**d) Manifestação da Unidade:**

Em resposta à Nota Preliminar de Auditoria, por intermédio do Memorando Eletrônico nº 17/2021 – DSDP – PROGEP encaminhado em 15/06/2021, a PROGEP se manifestou nos seguintes termos:

*“Prezado Sávio,*

*Em resposta ao despacho proferido por essa Pró-Reitoria, sugerimos informar a AUDINT que iremos adotar as recomendações propostas na NOTA PRELIMINAR DE AUDITORIA Nº 001/2021 CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE, mediante análise dos processos referenciados nesta Nota, bem como solicitar a prorrogação do prazo, no mínimo 60 dias, para atendimento e adequações recomendadas.*

*Prezada Ana Paula - NAPA*

*Favor dar prosseguimento a análise dos processos referenciados na NOTA PRELIMINAR DE AUDITORIA Nº 001/2021 CONCESSÃO DE ADICIONAL DE*

*INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE, bem como adotar as devidas providências para atender as recomendações apresentadas nesta Nota, com a maior brevidade possível.”*

**e) Análise da Manifestação:**

A manifestação do gestor não tem o condão de afastar o achado de auditoria, uma vez que em momento algum contestou os fatos descritos ou recomendação emitidas.

**Recomendação 001 (PROGEP):** Revisar as concessões do adicional de insalubridade e/ou periculosidade de todos os servidores citados na constatação, emitindo os respectivos laudos técnicos individuais, ou, caso não fique comprovada a exposição habitual ou permanente às condições insalubres ou perigosas durante o período que recebeu função de chefia ou direção, providenciar o ressarcimento ao erário dos valores pagos a título de adicional de insalubridade/Periculosidade, resguardando o contraditório e ampla defesa.

**Recomendação 002 (PROGEP):** Implementar mecanismos para auxiliar o processo de controle de servidores que assumiram ou alteraram a função de chefia ou cargo de direção, para que só percebam o pagamento do adicional a partir da emissão do laudo individual que comprove que há exposição habitual ou permanente dos servidores às condições insalubres ou perigosas.

Aracaju/SE, 26 de agosto de 2021.

*William de Jesus Santos*  
*Chefe da Auditoria Interna IFS*  
*Portaria nº 3402 de 29/10/2019*

*Helanne Cristianne da Cunha Pontes*  
*Auditora Interna do IFS*